ENTIDADES PARTICULARES

ARCA — ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E CULTURAL DO ARCO DE BAULHE

ANÚNCIO DE CONCURSO

X

Obras

Fornecimentos				
•	do sobre Contratos Públicos (ACP)?			
O concurso está abrangido pelo Acordo sobre Contratos Públicos (ACP)? NÃO ☑ SIM □				
SECCÃO I: ENTID	ADE ADJUDICANTE			
I.1) DESIGNAÇÃO E ENDEREÇO OFIC				
Organismo	À atenção de			
ARCA — Associação Recreativa e Cultural do Arco de Baúlhe	Elisa de Jesus Mucha Martins			
Endereço Rua do Arco de Baúlhe, Apartado 5	Código postal 4860-908			
Localidade/Cidade Arco de Baúlhe, Cabeceiras de Basto	País Portugal			
Telefone	Fax			
253665714; 965835267	253665714			
Correio electrónico arcabaulhe@iol.pt	Endereço Internet (URL) http://arca.do.sapo.pt/			
I.2) ENDEREÇO ONDE PODEM SER O	BTIDAS INFORMAÇÕES ADICIONAIS			
Indicado em I.1 Se distinto, ve	er anexo A			
I.3) ENDEREÇO ONDE PODE SER OB	TIDA A DOCUMENTAÇÃO			
Indicado em I.1 ⊠ Se distinto, ve				
I.4) ENDEREÇO PARA ONDE DEVEM SER ENVIADOS AS PROPOSTAS/PEDIDOS DE PARTICIPAÇÃO				
Indicado em I.1 ⊠ Se distinto, ver anexo A				
I.5) TIPO DE ENTIDADE ADJUDICANTI	_			
,	ão Europeia			
	mo de direito público Outro			
SECÇAO II: OBJEC	CTO DO CONCURSO			
II.1) DESCRIÇÃO II.1.1) Tipo de contrato de obras				
Execução Seja por que meio for, de uma obra que satisfaça as necessidades indicadas pela entidade adjudicante				
II.1.4) Trata-se de um contrato-quadro	?			
NÃO ⊠ SIM □				
II.1.5) Designação dada ao contrato pela entidade adjudicante				
Empreitada de construção de lar de idosos e creche.				
II.1.6) Descrição/objecto do concurso				
Especialidades da empreitada. O preço base do concurso é de 1 296 798,54 euros (IVA não incluído).				
II.1.7) Local onde se realizará a obra, a entrega dos fornecimentos ou a prestação de serviços $$				
Lugar da Pertença, freguesia de Arco de Baúlhe, concelho de Cabeceiras de Basto.				
Código NUTS PT115 CONTINENTE NORTE — TÂMEGA.				
II.1.9) Divisão em lotes				
NÃO ⊠ SIM □				
Indicar se se podem apresentar propostas para:				
um lote				
II.1.10) As variantes serão tomadas em consideração? NÃO 🗵 SIM 🗆				
II.3) DURAÇÃO DO CONTRATO OU PRAZO DE EXECUÇÃO				
Indicar o prazo em meses 23 e/ou em dias 0 a partir da data da consignação (para obras)				
SECÇÃO III: INFORMAÇÕES DE CARÁCTER JURÍDICO, ECONÓMICO, FINANCEIRO E TÉCNICO				
III.1) CONDIÇÕES RELATIVAS AO CONCURSO				

III.1.1) Cauções e garantias exigidas

O valor caução é de 5% do preço total do contrato e será prestado por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado ou mediante garantia bancária, ou ainda por

seguro-caução, conforme escolha do adjudicatário e de acordo com os modelos constantes do anexo ao caderno de encargos

III.1.2) Principais modalidades de financiamento e pagamento e/ou referência às disposições que as regulam

A empreitada é por preco global

III.1.3) Forma jurídica que deve revestir o agrupamento de empreiteiros, de fornecedores ou de prestadores de serviços

No caso de a adjudicação da empreitada ser efectuada a um agrupamento de empresas, estas associar-se-ão obrigatoriamente, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de

III.2) CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

III.2.1) Informações relativas à situação do empreiteiro/do fornecedor/do prestador de serviços e formalidades necessárias para avaliar a capacidade económica, financeira e técnica mínima exigida

a) A classificação como empreiteiro geral na 1.ª categoria, em classe correspondente ao valor total da proposta, conforme definido no Decreto-Lei n.º 12/2004 de 9 de Janeiro, e nas Portarias n.º 14/2004, 15/2004, 16/2004, 17/2004, 18/2004 e 19/2004 de 10 de Janeiro; b) As 1.ª, 4.ª, 5.ª, 6.ª, 7.ª e 8.ª subcategorias da 1.ª categoria, as 1.ª, 7.ª, 8.ª, 10.ª e 12.ª subcategorias da 4.ª categoria e as 1.ª, 9.ª, 10.ª, 11.ª e 12.ª subcategorias da 5.ª categoria na classe

correspondente à parte dos trabalhos a que respeitem, caso o concorrente não recorra à faculdade de subempreiteiros.

III.2.1.1) Situação jurídica — documentos comprovativos exigidos

a) Documento comprovativo da regularização da situação contributiva para com a segurança social portuguesa, emitido pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, e, se for o caso, certificado equivalente emitido pela autoridade competente do Estado de que a empresa seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal; qualquer dos documentos referidos deve ser acompanhado de declaração, sob compromisso de honra, do cumprimento das obrigações respeitantes ao pagamento das quotizações para a segurança social no espaço económico europeu;

b) Declaração comprovativa da situação tributária regularizada, emitida pela repartição de

finanças do domicílio ou sede do contribuinte em Portugal, de acordo com o previsto no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 236/95, de 13 Setembro, e, se for o caso, certificado equivalente emitido pela autoridade competente do Estado de que a empresa seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal; qualquer dos documentos referidos deve ser acompanhado de declaração, sob compromisso de honra, do cumprimento das obrigações no que respeita ao pagamento de impostos e taxas no espaço económico europeu;

III.2.1.2) Capacidade económica e financeira — documentos comprovativos exigidos

c) Documento emitido pelo Banco de Portugal, no mês em que o concurso tenha sido aberto ou no mês anterior ou posterior, que mencione as responsabilidades da empresa no sistema financeiro e, se for o caso, documento equivalente emitido pelo banco central do Estado de que a empresa seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal; d) Três últimas declarações periódicas de rendimentos para efeitos de IRS ou IRC (ou cópias

simples das mesmas), bem como os respectivos anexos, nas quais se contenha o carimbo «Recibo», ou documento comprovativo da sua recepção por via informática, e, se for o caso, documento equivalente apresentado, para efeitos fiscais, no Estado de que a empresa seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal; se se tratar de início de actividade, a empresa deve apresentar a respectiva declaração ou cópia simples da mesma;

III.2.1.3) Capacidade técnica — documentos comprovativos exigidos

e) Certificados de habilitações literárias e profissionais dos quadros da empresa e dos responsáveis pela orientação da obra, designadamente:

Director técnico da empreitada; Representante permanente do empreiteiro na obra; f) Lista das obras executadas da natureza da obra que é posta a concurso, acompanhada de certificados de boa execução relativos às obras mais importantes; os certificados devem referir o montante, data e local de execução das obras e se as mesmas foram executadas de acordo com as regras da arte e regularmente concluídas

g) Declaração, assinada pelo representante legal da empresa, que mencione o equipamento principal a utilizar na obra e, se for o caso, o equipamento de características especiais, indicando, num e noutro caso, se se trata de equipamento próprio, alugado ou sob qualquer outra forma;

h) Declaração, assinada pelo representante legal da empresa, que mencione os técnicos, serviços técnicos e encarregados, estejam ou não integrados na empresa, a afectar à obra, para além dos indicados na alínea e).

SECÇÃO IV: PROCESSOS

IV.1) TIPO DE PROCESSO

Concurso público

IV.2) CRITÉRIOS DE ADJUDICAÇÃO

B) Proposta economicamente mais vantajosa, tendo em conta

 \times

X

B1) Os critérios a seguir indicados

Valía técnica da proposta — 40%,

Para determinação da valia técnica das propostas, serão considerados os seguintes subfac-

Processos construtivos propostos; Faseamento da execução;

Meios humanos afectos à obra;

Equipamentos afectos à obra.

As propostas dos concorrentes serão ordenadas por ordem decrescente, consoante a pontuação

(T), sendo escolhida a proposta que apresentar a pontuação T mais elevada

T é definido pelo polinómio:

 $T = 0.60 \times P + 0.40 \times V$

em que: P é a pontuação atribuída ao factor «preço» da proposta; V é a pontuação atribuída ao factor «valia técnica» da proposta; P é determinado pela seguinte fórmula:

 $P = 20 \times (Pmax - Pprop) / (Pmax - Pmin)$

Pmax é o preço da proposta mais alta;

Pmin é o preço da proposta mais baixa; Pprop é o preço da proposta em análise

A constante 20 resulta da escala considerada

No factor preço, a proposta de preço mais baixo terá a pontuação máxima de 20 pontos e a proposta de preço mais alto terá a pontuação mínima de 0 pontos.	SEC(
V é determinado da seguinte forma:	I.1) DESIGNAÇÃO E ENDE
V = pc + fe + mh + eq em que:	Organismo Centro Hospitalar de Coim
pc é a pontuação atribuída ao subfactor «processos construtivos propostos»; fe é a pontuação atribuída ao subfactor «faseamento da execução»; mh é a pontuação atribuída ao subfactor «meios humanos afectos à obra»;	Endereço Quinta dos Vales São Marti
eq é pontuação atribuída ao subfactor «equipamentos afectos à obra»,	
Na valia técnica, a escala de pontuação também é de 0 a 20. Como são quatro subfactores, serão pontuados separadamente de 0 a 5 e o resultado da pontu-	Localidade/Cidade Coimbra
ação atribuída à «valia técnica» será o somatório das pontuações dos quatro subfactores. Forma de pontuação dos subfactores: 0 pontos — não é feita qualquer abordagem na proposta ao subfactor correspondente:	Telefone 239800040
1 ponto — é mencionado na proposta o subfactor correspondente;	Correio electrónico
2 pontos — o subfactor correspondente é abordado de forma genérica; 3 pontos — o subfactor é abordado de forma suficiente, mas pouco justificado; 4 pontos — o subfactor correspondente é abordado de forma conveniente e justificado;	s.aprovisionamento@chc.m
5 pontos — o subfactor correspondente é plenamente justificado, esclarecedor e não suscita dúvidas.	I.2) ENDEREÇO ONDE PO Indicado em I.1
A pontuação atribuída à «valia técnica das propostas» (40%) não é alterada por esta forma de cálculo que possibilita uma melhor definição de forma de pontuação de cada subfactor.	I.3) ENDEREÇO ONDE PO
Por ordem decrescente de importância NÃO ☐ SIM ☒	I.4) ENDEREÇO PARA OND
IV.3) INFORMAÇOES DE CARACTER ADMINISTRATIVO IV.3.1) Número de referência atribuído ao processo pela entidade adjudicante	DE PARTICIPAÇÃO Indicado em I.1 ⊠
1096.	
IV.3.2) Condições para a obtenção de documentos contratuais e adicionais 2 1 dias a contar da publicação do anúncio no <i>Diário da República</i> .	SECÇ
Custo: 500 euros. Moeda: euro.	II.1) DESCRIÇÃO
Condições e forma de pagamento	II.1.2) Tipo de contrato de
No acto de levantamento dos documentos.	Compra Locação Combinação dos anteriores
IV.3.3) Prazo para recepção de propostas ou pedidos de participação 3 0 dias a contar da sua publicação no <i>Diário da República</i>	II.1.6) Descrição/objecto d
Hora 17 horas e 30 minutos.	Material laboratório. II.1.7) Local onde se realiz
IV.3.5) Língua ou línguas que podem ser utilizadas nas propostas ou nos pedidos de participação	tação de serviços Armazém A2-Material Clínico
ES DA DE EL EN FR IT NL PT FI SV Outra - país terceiro	II.1.9) Divisão em lotes
	NÃO ⊠ SIM □
IV.3.6) Prazo durante o qual o proponente deve manter a sua proposta	Indicar se se podem aprese um lote
6 dias a contar da data fixada para a recepção das propostas	II.3) DURAÇÃO DO CONT
IV.3.7) Condições de abertura das propostas IV.3.7.1) Pessoas autorizadas a assistir à abertura das propostas	Início
Só poderão intervir no acto do concurso as pessoas que, para o efeito, estiverem devidamente credenciadas pelos concorrentes, bastando, para tanto, no caso de intervenção do titular de empresa em nome individual, a exibição do seu bilhete de identidade e, no caso de intervenção dos representantes de empresas em nome individual e de sociedades ou de agrupamentos complementares de empresas, a exibição dos respectivos bilhetes de identidade e de uma credencial passada por quem obrigue a empresa em nome individual, sociedade ou agrupamento da qual	SECÇÃO III: INFORM
constem o nome e o número do bilhete de identidade do(s) representante(s).	III.2) CONDIÇÕES DE PAI III.2.1.1) Situação jurídica
IV.3.7.2) Data, hora e local No dia útil seguinte à data limite para a apresentação de propostas	Declaração a que se referem as
No dia un segunte a data infine para a apresentação de propostas (의 Hora 10 horas. Local Centro Comunitário do Arco de Baúlhe (junto à Extensão de Saúde).	III.2.1.2) Capacidade ecor exigidos
SECCÃO VILINEODMAÇÕES ADICIONAIS	Decreto-Lei n.º 197/99.
SECÇÃO VI: INFORMAÇÕES ADICIONAIS VI.1) TRATA-SE DE UM ANÚNCIO NÃO OBRIGATÓRIO?	III.2.1.3) Capacidade técni Decreto-Lei n.º 197/99.
NÃO 🗵 SIM 🗌	
VI.3) O PRESENTE CONTRATO ENQUADRA-SE NUM PROJECTO/PROGRAMA FINANCIADO PELOS FUNDOS COMUNITÁRIOS?	IV.1) TIPO DE PROCESSO
NÃO ⊠ SIM □	Concurso público
Em caso afirmativo, indicar o projecto/programa, bem como qualquer referência útil	IV.2) CRITÉRIOS DE ADJU B) Proposta economicamer
29 de Novembro de 2007. — A Presidente da Direcção da ARCA,	B2) Os critérios indicados n
Carla Celina de Magalhães Pacheco. 2611069285	IV.3) INFORMAÇÕES DE 0 IV.3.1) Número de referênc 01-20000140/2008.
	IV.3.2) Condições para a o
CENTRO HOSPITALAR DE COIMBRA, E. P. E.	Data limite de obtenção O Custo: 25.
ANÚNCIO DE CONCURSO	IV.3.3) Prazo para recepçã

X

O concurso está abrangido pelo Acordo sobre Contratos Públicos (ACP)?

Obras

Serviços

Fornecimentos

NÃO oxtimes SIM oxtimes

I.1) DESIGNA	ÇÃO E ENDERE	ÇO OFICIAIS DA	ENTIDADE AD	JUDICANTI
--------------	--------------	----------------	-------------	-----------

SECÇÃO I: ENTIDADE ADJUDICANTE				
I.1) DESIGNAÇÃO E ENDEREÇO OFICIAIS DA ENTIDADE ADJUDICANTE				
Organismo Centro Hospitalar de Coimbra, E. P. E.	À atenção de			
Endereço Quinta dos Vales São Martinho do Bispo	Código postal 3040-853			
Localidade/Cidade Coimbra	País Portugal			
Telefone 239800040	Fax 239812987			
Correio electrónico s.aprovisionamento@chc.min-saude.pt	Endereço Internet (URL)			
I.2) ENDEREÇO ONDE PODEM SER OI Indicado em I.1 Se distinto, ve				
I.3) ENDEREÇO ONDE PODE SER OBT	_			
· -				
Indicado em I.1 Se distinto, ver anexo A I.4) ENDEREÇO PARA ONDE DEVEM SER ENVIADOS AS PROPOSTAS/PEDIDOS DE PARTICIPAÇÃO				
Indicado em I.1 🗵 Se distinto, ve	r anexo A			
_	TO DO CONCURSO			
II.1) DESCRIÇÃO				
II.1.2) Tipo de contrato de forneciment Compra ⊠ Locação ☐ Locação	os ão financeira ☐ Locação-venda ☐			
Combinação dos anteriores				
II.1.6) Descrição/objecto do concurso Material laboratório.				
II.1.7) Local onde se realizará a obra, a entrega dos fornecimentos ou a prestação de serviços				
Armazém A2-Material Clínico.				
II.1.9) Divisão em lotes				
NÃO ⊠ SIM □				
Indicar se se podem apresentar proposta um lote	s para: todos os lotes			
II.3) DURAÇÃO DO CONTRATO OU PR	•			
Início// e/ou termo	31/12/2008			
SECÇÃO III: INFORMAÇÕES DE CARÁCTER JURÍDICO, ECONÓMICO, FINANCEIRO E TÉCNICO				
III.2) CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO				
III.2.1.1) Situação jurídica — document Declaração a que se referem as alíneas a) e b				
· · ·	anceira — documentos comprovativos			
Decreto-Lei n.º 197/99.				
III.2.1.3) Capacidade técnica — docum Decreto-Lei n.º 197/99.	entos comprovativos exigidos			
SECÇÃO IV: PROCESSOS				
IV.1) TIPO DE PROCESSO				
Concurso público	\boxtimes			
IV.2) CRITÉRIOS DE ADJUDICAÇÃO B) Proposta economicamente mais vanta	<u> </u>			
B2) Os critérios indicados no caderno de encargos IV.3) INFORMAÇÕES DE CARÁCTER ADMINISTRATIVO IV.3.1) Número de referência atribuído ao processo pela entidade adjudicante				
01-20000140/2008.				
IV.3.2) Condições para a obtenção de documentos contratuais e adicionais				
Data limite de obtenção 0 2/0 1/2 0 0 8 Custo: 25. Moeda: euro.				
IV.3.3) Prazo para recepção de propos 0 2 / 0 1 / 2 0 0 8 Hora 16 horas.	tas ou pedidos de participação			

 $\ensuremath{\mathsf{IV}}\xspace.3.5$). Língua ou línguas que podem ser utilizadas nas propostas ou nos pedidos de participação

ES DA DE EL EN FR IT NL PT FI SV Outra - país terceiro